

#### Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação 17ª Legislatura

## **Parecer** Projeto de Lei nº051/2021 Mensagem n°042/2021

Origem: Poder Executivo

Autor: Prefeito Municipal – André Pinto de Afonseca

Ementa: "Altera dispositivo da Lei Complementar nº038, de 28 de janeiro de 1998, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores do Município de Miguel Pereira. Em regime de urgência urgentíssima".

# Comissão de Justiça e Redação

Presidente: Vitor Batista Ralha de Afonseca

Vice-presidente: Mario Luís Pedroso das Neves

Membro: Mauro Celso Pereira dos Santos

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou relatoria à sua própria consideração, escudando-se no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

# I - Da exposição da matéria em exame:

O Presente Projeto de Lei objetiva altera dispositivo da Lei Complementar nº038, de 28 de janeiro de 1998, que dispõe sobre Estatuto dos Servidores do Município de Miguel Pereira.

O fundamento é a criação de critérios objetivos para regulamentar a Gratificação de Representação de Gabinete, nos termos dos permissivos legais, em especial, ao contido na Lei Complentar nº173, de 27 de maio de 2020, tendo como paradigma a Legislação Estadual que regulamenta a GR, com olhos postos em recomendação do TCE, segundo justificativa, que recomenda o encaminhamento de lei que ratenda a critérios objetivos para a concessão da referida gratificação.

Rua Prefeito Manoel Guilherme Barbosa, 375 – 2º andar – Centro – Miguel Pereira/RJ – CEP 26900-000 Portal: www.miguelpereira.rj.leg.br – E-mail: camara@miguelpereira.rj.leg.br – Tel.: (24) 2484-2303

Página 1 de 2



### Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação

17ª Legislatura

Ressalta a justificativa inserta no projeto que não haverá aumento de despesa com pessoal (art.7º, da LEI FEDERAL 173, de 27 de maio de 2020).

## II – Da conclusão do Relator:

O projeto não possui vício formal. Igualmente, não se percebe vício de iniciativa, motivo porque merece tramitar, eis que **legal e constitucional**.

A matéria deve tramitar, já não gera aumento de despesa.

### III – Da decisão da Comissão:

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Regimental, Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação DECIDE:

- Pela tramitação da matéria.
- Acompanhar o voto do Relator.

É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira, 11 de março de 2021,

Vitor Batista Ralha de Afonseca

Presidente/Relator

Mário Luís Pedroso das Neves

Vice-Presidente

Mauro Celso Pereira dos Santos

Membro